



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## GT JOVENS 2021

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO AO  
ESTUDO SOBRE O AUMENTO DE SUICÍDIO,  
AUTOMUTILAÇÃO E PROBLEMAS  
PSICOLÓGICOS ENTRE OS JOVENS  
BRASILEIROS**

# RELATÓRIO FINAL

Coordenadora: Deputada LIZIANE BAYER

Relatora: Deputada JAQUELINE CASSOL

**2021-2022**



## AGRADECIMENTOS

---

Esta Coordenadora e esta Relatora, em nome de todos os componentes do “Grupo de Trabalho destinado ao estudo sobre o aumento de suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros” (GT JOVENS), agradecem a todos os participantes dos trabalhos desenvolvidos nesta Casa.

Não seria possível chegar a este Relatório sem escutar as opiniões de vários atores envolvidos na área temática estudada. Merecem um agradecimento especial as instituições públicas e privadas que acolheram os convites feitos pelo Grupo de Trabalho para a participação nas reuniões realizadas, bem como os palestrantes, que trouxeram seu conhecimento técnico e experiência profissional para compor este importante debate.

Destaca-se ainda o comprometimento dos membros deste Grupo de Trabalho, que contribuíram participando das reuniões e audiências, e apontando opiniões e sugestões. Suas assessorias precisam também ser congratuladas, pelo contínuo apoio.

Por fim, agradecemos imensamente à Comissão de Seguridade Social e Família, à Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, e a todos os servidores e assessores da Câmara dos Deputados e dos demais órgãos públicos que auxiliaram de forma inestimável a realização dos trabalhos.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

**Deputada LIZIANE BAYER**  
**Coordenadora**

**Deputada JAQUELINE CASSOL**  
**Relatora**



**SUMÁRIO**

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>2</b>
<b>1. CRIAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO</b> .....	<b>5</b>
1.1 CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO .....	5
1.2 COMPOSIÇÃO E PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE TRABALHO .....	5
<b>2. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>3. REUNIÕES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS</b> .....	<b>9</b>
3.1 REUNIÃO DE INSTALAÇÃO (14/09/2021): REUNIÃO DE TRABALHO PARA APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO. ....	9
3.2 REUNIÃO DE TRABALHO (28/09/2021): DISCUSSÃO DO PLANO DE TRABALHO DO GT.....	9
3.3 AUDIÊNCIA PÚBLICA (30/09/2021): PREVENÇÃO AO SUICÍDIO E AUTOMUTILAÇÃO .....	9
3.4 REUNIÃO DELIBERATIVA (06/10/2021): VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS .....	11
3.5 REUNIÃO DELIBERATIVA (13/10/2021): VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS:.....	12
3.6 AUDIÊNCIA PÚBLICA (20/10/2021): PROBLEMAS PSICOLÓGICOS DOS JOVENS BRASILEIROS .....	12
3.7 AUDIÊNCIA PÚBLICA (27/10/2021): PREVENÇÃO DO SUICÍDIO, AUTOMUTILAÇÃO E PROBLEMAS PSICOLÓGICOS. ....	13
3.8 AUDIÊNCIA PÚBLICA (10/11/2021): PREVENÇÃO DO SUICÍDIO, AUTOMUTILAÇÃO E PROBLEMAS PSICOLÓGICOS. ....	15
3.9 AUDIÊNCIA PÚBLICA (24/11/2021): EFEITOS DA INTERNET E REDES SOCIAIS SOBRE O COMPORTAMENTO DOS JOVENS.....	15
3.10 AUDIÊNCIA PÚBLICA (01/12/2021): DEBATE SOBRE O PL Nº 2699, DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DA PRÁTICA DE HATERS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES.....	16
3.11 REUNIÃO TÉCNICA (21/03/2022): MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS .....	17
3.12 REUNIÃO TÉCNICA (13/04/2022): UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS .....	18
3.13 REUNIÃO DELIBERATIVA (17/05/2022): VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS.....	18
3.14 REUNIÃO TÉCNICA (18/05/2022): MINISTÉRIO DA SAÚDE .....	19
3.15 SEMINÁRIO (30/05/2022): SEMINÁRIO ESTADUAL PROMOVER PARA PREVENIR - SAÚDE MENTAL DOS JOVENS NO BRASIL (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL).....	20



<b>3.16 REUNIÃO TÉCNICA (31/05/2022): ENTREGA DE RELATÓRIO DA UNALE</b>	<b>20</b>
<b>3.17 SEMINÁRIO (21/06/2022 E 22/06/2022): SEMINÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL DOS JOVENS BRASILEIROS (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - CAMPUS JI-PARANÁ)</b>	<b>20</b>
<b>3.18 SEMINÁRIO (06/07/2022): SEMINÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL DOS JOVENS BRASILEIROS: CONHECER, AGIR E PREVINIR (CÂMARA DE ARIQUEMES – RO)</b>	<b>20</b>
<b>4. LEGISLAÇÃO RELACIONADA À SAÚDE PSÍQUICA DOS JOVENS BRASILEIROS</b>	<b>20</b>
<b>5. PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO COM A TEMÁTICA DE SAÚDE PSÍQUICA DOS JOVENS</b>	<b>21</b>
<b>6. CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO GRUPO DE TRABALHO</b>	<b>22</b>
<b>ANEXO I – PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO COM A TEMÁTICA DE SAÚDE PSÍQUICA DOS JOVENS</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO II – PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DOS MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO</b>	<b>28</b>



## 1. CRIAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

---

### 1.1 CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

O Grupo de Trabalho destinado ao estudo sobre o aumento de suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros foi criado pelo Presidente Arthur Lira, em resposta ao [Requerimento nº 1.774, de 2021](#), da Deputada Soraya Santos.

### 1.2 COMPOSIÇÃO E PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE TRABALHO

#### **Coordenação:**

- Liziane Bayer (PSB-RS)

#### **Relatoria:**

- Jaqueline Cassol (PP-RO)

#### **Composição**

- Bia Cavassa PSDB/MS
- Edna Henrique PSDB/PB
- Luisa Canziani PTB/PR
- Mara Rocha PSDB/AC
- Soraya Santos PL/RJ
- Carla Dickson PROS/RN
- Diego Garcia PODE/PR
- Enrico Misasi PV/SP
- Silvia Cristina PDT/RO
- Tabata Amaral PDT/SP
- Erika Kokay PT/DF
- Rosana Valle PSB/SP
- Lucas Gonzalez NOVO/MG.

#### **Período de funcionamento**

- Instalação: 2 de setembro de 2021.
- Conclusão: novembro de 2022.



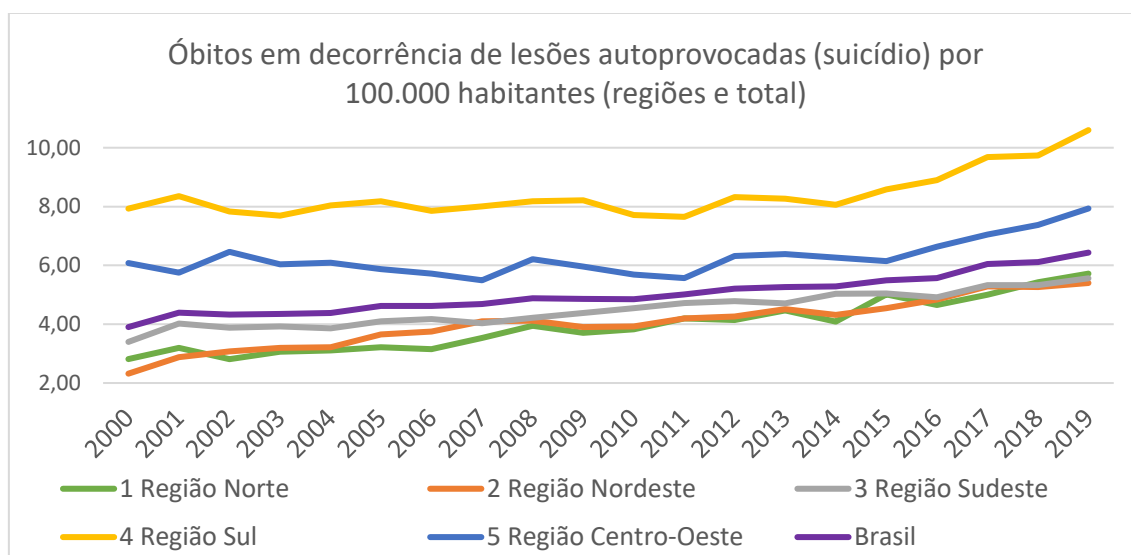
## 2. INTRODUÇÃO

A juventude é uma marcante fase da vida, na qual a pessoa encara um aumento progressivo de responsabilidades, ao mesmo tempo que busca a independência e o contato com novas experiências. Neste período, nossa estrutura psíquica está constantemente sendo desafiada, o que pode levar a sofrimento, situação cada vez mais comum.

Com o advento das novas tecnologias de comunicação, facilitou-se muito a interação social e a exposição a todo tipo de informação. Todo esse avanço vem acompanhado de desafios, uma vez que a nossa mente nem sempre está preparada para essa nova, e intensa, realidade.

Se mesmo os adultos sofrem com o apego ou até mesmo vício nos eletrônicos, o que dizer de nossas crianças e jovens, que ainda não possuem maturidade completamente formada. Seja por conta das mídias eletrônicas, ou por outras razões, é possível dizer que o sofrimento psíquico entre jovens tem aumentado<sup>1</sup>, de forma alarmante.

Chama a atenção, também, o aumento do suicídio nessa faixa etária. O gráfico a seguir mostra a evolução do número de óbitos em decorrência de lesão autoprovocada (por 100 mil habitantes).



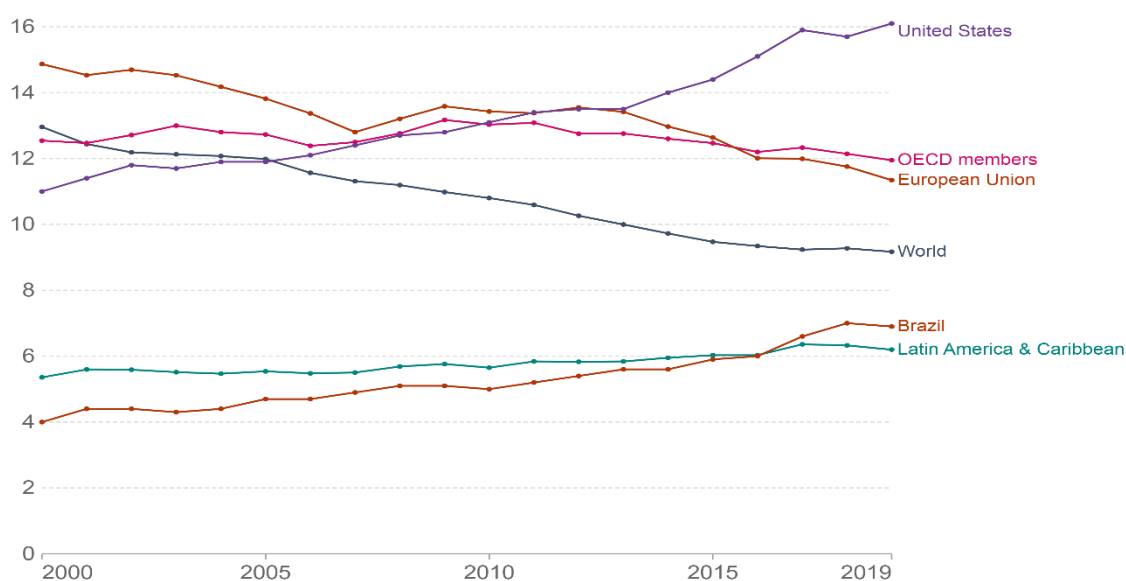
Taxa de morte por suicídio, regiões do Brasil, 2000 a 2019. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, Tabnet, Datasus.

<sup>1</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-08/expectativa-e-insegura-quanto-ao-futuro-levam-jovem-problema-mental>



Considerando todo o país, tínhamos menos de 7 mil registros de óbitos em 2000, tendo aumentado para mais de 13 mil em 2019. Chama a atenção que o aumento desta taxa ocorreu em todas as regiões do Brasil, e que as regiões Norte e Nordeste chegaram a quase triplicar a taxa de incidência entre os anos de 2000 e 2019.

Ressalte-se que esse aumento não é um padrão global, uma vez que vários países populosos, com exceção dos Estados Unidos, têm evoluído com estabilidade, ou até mesmo redução do número de casos. Isso pode ser constatado na figura seguinte.

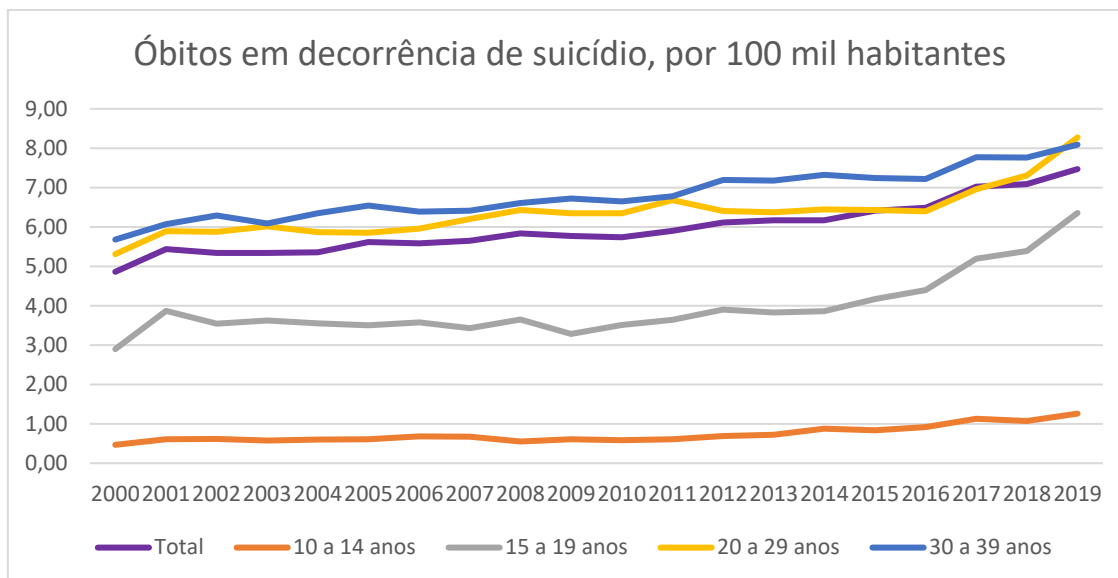


*Taxa de mortes por suicídio (número de óbitos a cada 100 mil habitantes), 2000 a 2019 – comparação entre Estados Unidos, Conjunto de membros da OCDE, Conjunto de membros da União Europeia, Conjunto de países do mundo, Brasil e América Latina & Caribe. Fonte: Organização Mundial da Saúde (via Banco Mundial), visualização gráfica por OurWorldInData.org*

Inclusive, a média brasileira, que historicamente é menor do que a mundial, está se aproximando continuamente desta, e já supera a taxa da América Latina e Caribe como um todo.

Mais alarmante, ainda, é constatar que as taxas de suicídio entre os jovens têm aumentado também. Nas faixas etárias de 10 a 14 anos, e de 15 a 19 anos, a taxa mais do que dobrou no período estudado, como ilustrado no gráfico a seguir.





Taxa de mortes por suicídio no Brasil, faixas etárias, 2000 a 2019. Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, Tabnet, Datasus.

Um fator que sabidamente influi sobre a saúde psíquica dos jovens é o comportamento de “bullying”, a importunação recorrente por meio da violência física, verbal ou social. O contexto no qual se encontra o adolescente nem sempre é favorável à vítima, situação que é ainda pior para jovens em vulnerabilidade social.

Essa prática, que antes costumava ficar restrita às escolas, tem alcançado números alarmantes com a popularização das redes sociais digitais. O chamado “cyberbullying” já afeta mais de 20% das crianças e adolescentes, segundo estudos realizados no Brasil<sup>2</sup>.

As comunicações a distância tendem a favorecer os comportamentos agressivos, por uma falsa sensação de anonimato. Além disso, as plataformas sociais não costumam ter sistemas eficazes para combate ao cyberbullying, podendo inclusive estimular ou impulsionar comportamentos abusivos, já que o engajamento tende a ser recompensado.

Nesse contexto, os membros deste Grupo de Trabalho se propuseram a estudar com maior profundidade essa situação, para fundamentar eventuais mudanças legislativas que possam ajudar nossos jovens e prevenir as autolesões.

<sup>2</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/dez-anos-apos-realengo-bullying-nas-escolas-esta-longe-de-ser-superado/>





### 3. REUNIÕES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

---

Lista-se abaixo as [audiências e reuniões realizadas](#), com a participação dos variados setores envolvidos nas medidas de prevenção do suicídio e do tratamento da depressão entre os jovens. Também serão listadas audiências realizadas sem vinculação direta a este Grupo, mas que abordaram o tema, trazendo subsídios para as conclusões e propostas.

#### 3.1 [REUNIÃO DE INSTALAÇÃO \(14/09/2021\)](#): REUNIÃO DE TRABALHO PARA APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO.

Reunião de instalação e apresentação do Grupo de Trabalho, com descrição dos procedimentos e orientações.

Participaram da reunião as Deputadas Liziane Bayer, Jaqueline Cassol, Mara Rocha e Soraya Santos.

#### 3.2 REUNIÃO DE TRABALHO (28/09/2021): DISCUSSÃO DO PLANO DE TRABALHO DO GT

Reunião interna do GTJOVENS com a participação da coordenadora Liziane Bayer e da relatora Jaqueline Cassol, além das assessorias, para discussão do plano de trabalho do GT.

#### 3.3 [AUDIÊNCIA PÚBLICA \(30/09/2021\)](#): PREVENÇÃO AO SUICÍDIO E AUTOMUTILAÇÃO

Franciane Bayer, Deputada Estadual pelo Rio Grande do Sul e Presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Suicídio, apresentou iniciativas que vêm sendo desenvolvidas em seu estado, tendo como objetivos desmistificar o assunto, focando em valorização da vida, e capacitar e fortalecer a rede de apoio. Defendeu o investimento em saúde mental dos servidores da segurança pública e citou diversas ações do legislativo com essas temáticas.

Christian Kieling, Psiquiatra e Professor de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, apresentou a situação do suicídio no Brasil e no mundo. Citou o aumento das taxas de autolesão quando se reduz o número de leitos psiquiátricos; a maior eficácia das ações que



envolvem os jovens em sua execução; a pouca quantidade de estudos nacionais sobre o assunto; e a importância de se tratar a depressão.

Andreia Novo Volkmer, Coordenadora do Núcleo de Vigilância em Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Comitê Intersetorial de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio – RS, apresentou os dados de lesões autoprovocadas no estado do Rio Grande do Sul e as ações que estão sendo tomadas para prevenção e melhoria da situação, como a realização de eventos, elaboração de materiais de divulgação e apoio a entidades e municípios, entre outras medidas.

Andrea Chaves, representante do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU-DF, alertou para a epidemia de problemas de saúde mental, a subnotificação de casos, e a necessidade de mais profissionais para atuação na área. Defendeu a educação e o cuidado na área de saúde mental, abrangendo quatro eixos: biológico, psicológico, social e espiritual.

Elias Lacerda, representante da Escola da Felicidade, apresentou as atividades e os cursos realizados na área de saúde psíquica e prevenção de autoagressão. Defendeu a presença de profissionais da saúde mental nas unidades básicas de saúde. Apontou as redes sociais digitais e o *cyberbullying* como principais fatores de risco de lesões autoprovocadas nos jovens.

Francisco Xavier, Coordenador Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais Substituto da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, falou sobre a abordagem do tema no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Apontou as estratégias de desconstrução de mitos, consideração de fatores sociais, foco nas populações mais desprotegidas e prevenção.

Quirino Cordeiro, Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania, apresentou as políticas públicas de saúde mental, drogas e prevenção ao suicídio em atividade no governo federal. Defendeu um aumento no número de leitos psiquiátricos públicos, indicados para os casos graves de doenças mentais.



Angela Vidal Gandra da Silva Martins, Secretária Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, afirmou que as famílias devem ser envolvidas nas ações de saúde, inclusive na política de combate ao suicídio. Citou as medidas tomadas pelo Ministério na temática de saúde mental.

Rafael Bernardon Ribeiro, coordenador Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, defendeu a expansão da rede de atenção psicossocial em todos os seus níveis, incluindo a capacitação dos profissionais das unidades básicas de saúde. Apresentou as ações recentes do Ministério nessa área.

Leila da Silva Furquim Santos, psicóloga, apontou os 4 “D” indicadores de risco alto: depressão, desesperança, desamparo, desespero; e os 3 “I” do sofrimento na desregulação emocional: intenso, insuportável e interminável. Defendeu o uso de protocolos de psicoterapia específicos para esses casos, associados à medicação quando necessário.

Participaram da audiência os(as) Deputado(as) Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., Adriana Ventura, Alan Rick, Alexandre Padilha, Carla Dickson, Carmen Zanotto, Célio Silveira, Chris Tonietto, Dr. Frederico, Dr. Zacharias Calil, Dulce Miranda, Eduardo Costa, Flávio Nogueira, Geovania de Sá, João Marcelo Souza, Jorge Solla, Josivaldo Jp, Leandre, Márcio Labre, Mário Heringer, Marx Beltrão, Miguel Lombardi, Pastor Sargento Isidório, Pedro Westphalen, Professora Dayane Pimentel, Rejane Dias, Vivi eis, Alcides Rodrigues, Edna Henrique, Felício Laterça, Flávia Morais, Jaqueline Cassol, Jéssica Sales, Julio Lopes, Lauriete, Liziane Bayer, Lucas Redecker, Luiz Lima, Professora Dorinha Seabra Rezende, Carlos Henrique Gaguim, Fred Costa, Hercílio Coelho Diniz, Lincoln Portela, Mariana Carvalho e Weliton Prado.

### 3.4 REUNIÃO DELIBERATIVA (06/10/2021): VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS

Reunião de discussão e votação de requerimentos: 1 - Requerimento Nº 1/2021 - da Sra. Jaqueline Cassol - que "requer a realização de audiência pública, para debater o aumento de suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros, no âmbito do Grupo de



Trabalho destinado ao estudo do tema". A Sra. Deputada Jaqueline Cassol encaminhou o Requerimento. Aprovado. 2 - Requerimento Nº 2/2021 - da Sra. Jaqueline Cassol - que "requer a realização de audiência pública, para debater a influência da internet e das redes sociais na automutilação e no suicídio de jovens, no âmbito do Grupo de Trabalho destinado ao estudo do tema". Aprovado. 3 - Requerimento Nº 3/2021 - da Sra. Jaqueline Cassol - que "requer a realização de audiência pública, para debater medidas efetivas para prevenção do suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros, no âmbito do Grupo de Trabalho destinado ao estudo do tema". Aprovado. 4 - Requerimento Nº 4/2021 - da Sra. Jaqueline Cassol - que "requer a realização de visita técnica a entidades e autoridades afetas à saúde mental, na cidade de Teresina/PI, no âmbito do Grupo de Trabalho destinado ao estudo do tema". Aprovado.

Participaram da reunião os(as) Deputado(as) Liziane Bayer, Jaqueline Cassol, Bia Cavassa, Carla Dickson, Diego Garcia, Erika Kokay, Rosana Valle, Silvia Cristina e Tabata Amaral.

### 3.5 REUNIÃO DELIBERATIVA (13/10/2021): VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS:

Reunião de discussão e votação de requerimentos: Requerimento Nº 5/2021 - da Sra. Luisa Canziani - (PL 2699/2021) - que "requer a realização de audiência pública para discutir o PL 2699/2021, que dispõe sobre a criminalização da prática de haters na rede mundial de computadores". Aprovado.

Participaram da reunião os(as) Deputado(as) Liziane Bayer, Jaqueline Cassol, Bia Cavassa, Carla Dickson, Diego Garcia, Edna Henrique, Erika Kokay, Mara Rocha, Rosana Valle, Silvia Cristina, Soraya Santos, Tabata Amaral, Carlos Henrique Gaguim e Weliton Prado.

### 3.6 AUDIÊNCIA PÚBLICA (20/10/2021): PROBLEMAS PSICOLÓGICOS DOS JOVENS BRASILEIROS

Humberto Müller Martins dos Santos, Médico Psiquiatra, apontou que os adolescentes são especialmente vulneráveis ao adoecimento



psíquico, por terem alta sensibilidade emocional, baixa habilidade de lidar com os conflitos, baixo limiar a frustrações. Informou que até 8% dos adolescentes possuem sintomas depressivos. Alertou quanto à incidência de suicídio no Brasil, o uso de drogas pelos jovens e a falta de locais de atendimento voltados para essa faixa etária. Citou fatores de risco como exposição a violência, lares disfuncionais, uso de drogas; e fatores protetores como apoio da família, espiritualidade, atividade física.

Fabiola P. Ruzzante Fernandes, Psicóloga, começou sua fala citando as consequências escolares, sociais, familiares e ambientais de uma tentativa de suicídio. Afirmou que a convivência com ideias relacionadas à possibilidade da morte leva a dificuldades em vislumbrar e investir no futuro. Apontou que é importante aprender a lidar com as frustrações normais da adolescência, desenvolvendo equilíbrio emocional. Defendeu ações preventivas coletivas e nos casos de risco aumentado; capacitação das equipes de saúde e socorristas para lidar com essas ocorrências; ações específicas para a família e a comunidade escolar da vítima.

Participaram da audiência os(as) Deputado(as) Liziane Bayer, Jaqueline Cassol, Bia Cavassa, Edna Henrique, Rosana Valle, Soraya Santos, Tabata Amaral, Hercílio Coelho Diniz.

### **3.7 [AUDIÊNCIA PÚBLICA \(27/10/2021\)](#): PREVENÇÃO DO SUICÍDIO, AUTOMUTILAÇÃO E PROBLEMAS PSICOLÓGICOS.**

Reunião para votação de requerimento e audiência pública.

Requerimento Nº 6/2021 - da Sra. Jaqueline Cassol - (REQ 2/2021) - que "requer o aditamento ao REQ nº 2/2021 GTJOVENS para inclusão de convidados na realização da audiência pública". Aprovado.

Audiência Pública com o tema "Prevenção do suicídio, automutilação e problemas psicológicos".

José Roberto Ribeiro Junior, Coordenador Geral de Formação de Gestores e Técnicos da Educação Básica do Ministério da Educação, informou que há quase 180 mil estabelecimentos de ensino no Brasil, sendo quase 30 mil estaduais, e mais de 107 mil municipais; e mais de 47 milhões de



matrículas (405 mil federais, 15 milhões estaduais, cerca de 23 milhões municipais e 8,7 milhões na rede privada). Apontou a importância de envolver estados e municípios na discussão sobre prevenção do suicídio de jovens. Apresentou as ações do Programa Educação e Família.

Major Francisco Pinto Andrade Junior, Bombeiro Militar de Rondônia, afirmou que o atendimento de tentativas de autoextermínio é um desafio, e que há dificuldade de garantir um tratamento adequado após a tentativa. Defendeu a prioridade de atendimento nesses casos e a integração entre os entes federativos.

Rafael Bernardon Ribeiro, Coordenador Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, apontou a necessidade de tratar e acompanhar adequadamente os casos de doenças mentais. Afirmou que o Ministério está reformulando a política de saúde mental, com foco no aumento da rede de ambulatorios e hospitais.

Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção de Suicídio, defendeu o estabelecimento de planos de cuidado e prevenção de longo prazo, associando a capacitação dos profissionais e o fortalecimento das redes de saúde e educação, incluindo a atenção básica.

Major Diógenes Martins Munhoz, Segundo Tesoureiro da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção ao Suicídio, defendeu a abordagem humanizada do tentante, garantindo acompanhamento de saúde após a tentativa. Apontou a necessidade de padronizar os protocolos de abordagem entre os serviços que atendem as ocorrências.

Participaram da audiência os(as) Deputado(as) Liziane Bayer, Jaqueline Cassol, Bia Cavassa, Carla Dickson, Edna Henrique, Erika Kokay, Lucas Gonzalez, Rosana Valle, Soraya Santos, Tabata Amaral, Hercílio Coelho Diniz e Weliton Prado.



### 3.8 AUDIÊNCIA PÚBLICA (10/11/2021): PREVENÇÃO DO SUICÍDIO, AUTOMUTILAÇÃO E PROBLEMAS PSICOLÓGICOS.

Jéssica Prudente, Doutora Professora da Unisc Santa Cruz do Sul e representante do Conselho Federal de Psicologia, iniciou sua palestra apresentando o contexto geral do suicídio no mundo, ressaltando a relevância dos determinantes sociais e a característica multifatorial. Apontou o aumento da incidência no Brasil, especialmente entre os jovens. Destacou a importância da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS, das medidas preventivas permanentes e de uma atuação multidisciplinar. Listou questões relevantes sobre a juventude, como a temporalidade, experiência do “tudo ou nada”, a importância dos rituais, a questão do luto, e a influência das redes sociais.

Usaram a palavra Luiz Paulo, Secretário Geral dos Progressistas em Rondônia; Sóstenes Silva, Vereador de Pimenta Bueno/RO; e Jeremias, Vereador de Alta Floresta D' Oeste/RO.

Participaram da audiência os(as) Deputado(as) Liziane Bayer, Jaqueline Cassol, Bia Cavassa, Carla Dickson, Edna Henrique, Soraya Santos, Tabata Amaral, Hercílio Coelho Diniz e Weliton Prado.

### 3.9 AUDIÊNCIA PÚBLICA (24/11/2021): EFEITOS DA INTERNET E REDES SOCIAIS SOBRE O COMPORTAMENTO DOS JOVENS

Convidadas: Alana Rizzo, gerente de políticas públicas do Youtube; Daniele Kleiner, gerente de bem-estar do Facebook; Flávia Xavier Annenberg, gerente de políticas públicas do Tik Google; Marília de Aguiar Monteiro, gerente de políticas públicas do Tik Tok; Rafaela Vieira Lins Parca, delegada da Polícia Federal e chefe do Serviço de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil da Polícia Federal; e Karen Scavacini, diretora científica da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção ao Suicídio (Abeps).

Em suas apresentações, as convidadas foram unânimes em afirmar a preocupação das empresas e órgãos que representam com a prevenção a qualquer tipo de violência ou incitação à violência na internet.

As representantes de empresas de mídia social relataram ações e políticas que vêm desenvolvendo, que envolvem, dentre outros, restrição de



idade para acesso a determinados conteúdos e criação de plataformas e aplicativos direcionados à infância e adolescência, inclusive com jogos educativos.

A Sra. Rafaela Vieira Lins Parca, representante da Polícia Federal, enfatizou que as crianças usualmente não relatam abusos de forma verbal, mas dão indícios de sua ocorrência. Recomenda atenção dos pais para monitorar e controlar o conteúdo acessado por seus filhos.

Já a Sra. Karen Scavacini, diretora científica da Abeps, lembrou que a violência é uma questão multifatorial e como tal deve ser enfrentada. Assim, não é suficiente retirar conteúdos inadequados, mas compreender o fenômeno como um todo. Informou que o número de suicídios não aumentou no período atual de pandemia.

Participaram da audiência os(as) deputados(as) Lucas Gonzales, Bia Cavassa, Carla Dickson, Silvia Cristina, Soraya Santos, Tabata Amaral, Delegado Éder Mauro, Delegado Pablo, Hercílio Coelho Diniz.

### **3.10 AUDIÊNCIA PÚBLICA (01/12/2021): DEBATE SOBRE O PL Nº 2699, DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DA PRÁTICA DE HATERS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES**

Juliana Fleury, Presidente da Associação pela Saúde Emocional das Crianças (ASEC), informou que sua entidade atua no mundo escolar, com base em evidências científicas, promovendo ações de bem estar e de segurança na internet. Apontou que o principal objetivo deve ser sensibilizar os jovens para que eles mesmos possam fortalecer seu meio social – saúde mental entre pares.

Gabriela Goulart Mora, Oficial de Desenvolvimento e Participação de Adolescentes do Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), afirmou que a sociedade e o Estado têm a responsabilidade de atuar de forma intersetorial no combate ao discurso de ódio na internet. Lembrou que muitos municípios não possuem estrutura adequada para atendimento dos problemas psíquicos. Apresentou experiências bem-sucedidas de acolhimento por via digital ([podefalar.org.br](https://podefalar.org.br)) e defendeu o equilíbrio entre usar as redes e se proteger contra as ameaças.





Karen Scavacini, Presidente do Instituto Vita Alere, lembrou que o suicídio é multifatorial, incluindo questões sociológicas, culturais, econômicas, biológicas, psiquiátricas, psicológicas, laborais/escolares, situacionais e tecnológicas. Apontou que o cérebro continua em formação até os 21 anos, e que isso deve ser levado em consideração. Afirmou ainda que é essencial a educação de educadores, pais e crianças, além do acesso aos serviços de saúde mental.

Rodrigo Nejm, Diretor de Educação da Safernet Brasil, mostrou que a maioria da população brasileira acessa a internet exclusivamente pelo celular, e que 23% dos adolescentes já foram vítimas de bullying. Apontou que o problema não é só bullying, mas também uma situação de desamparo emocional. Defendeu a participação dos jovens na criação de políticas públicas e a diferenciação entre brincadeira, liberdade de expressão e violência online.

Participaram da audiência os(as) Deputado(as) Liziane Bayer, Jaqueline Cassol, Bia Cavassa, Lucas Gonzalez, Luisa Canziani, Tabata Amaral, Carlos Henrique Gaguim, Hercílio Coelho Diniz e Waldenor Pereira.

### 3.11 REUNIÃO TÉCNICA (21/03/2022): MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

A Sra. Ministra demonstrou sua preocupação com a alta frequência de autoagressão de crianças e adolescentes, narrou algumas das iniciativas que o Poder Executivo tem levado a cabo, de forma transversal, envolvendo vários ministérios cujas áreas de atuação perpassam o tema.

Foram discutidos os seguintes temas: (1) necessidade de assegurar a continuidade da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio ao longo do tempo; (2) desenvolvimento de política pública de tratamento de pessoas que tentaram suicídio, no período pós-tentativa, e de apoio aos familiares daqueles que tentaram ou cometeram suicídio; (3) ampliação da notificação dos casos de tentativa de suicídio tanto na população geral quanto em situações específicas, como no caso da população carcerária ou em instituições socioeducativas, em abrigos, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos; (4) criar instrumentos legais que aumentem a efetividade das punições a agressores de menores e pessoas que estimulem a autoagressão;



(5) avaliar e monitorar iniciativas estaduais e municipais de combate à autoagressão e ao suicídio; (6) ampliar mecanismos para impedir o estímulo à autoagressão e ao suicídio nas redes sociais; (7) incorporar estratégias bem-sucedidas de capacitação de pais e profissionais para identificar casos de autoagressão e maior risco de suicídio em jovens.

Participaram da reunião a Ministra Damares Alves e as deputadas Liziane Bayer e Jaqueline Cassol.

### **3.12 REUNIÃO TÉCNICA (13/04/2022): UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS**

Reunião Técnica do Grupo de Trabalho com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos, presidida pela Deputada Liziane Bayer, com a presença de representantes da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Participaram o Deputado Estadual Lídio Lopes (MS, Presidente da UNALE) e o Deputado Estadual João Luiz (AM, Presidente da Secretaria de Cuidado, Prevenção à Depressão, Suicídio e Drogas da UNALE).

Tema: Políticas Públicas e projetos relativos aos Problemas Psicológicos entre jovens e compartilhamento de informações e expertise no tema.

### **3.13 REUNIÃO DELIBERATIVA (17/05/2022): VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS**

Reunião de discussão e votação de requerimentos: Requerimento Nº 7/2021 - da Sra. Tabata Amaral, que "requer a realização de Audiência Pública, para debater sobre as evidências científicas para qualificação das políticas públicas de prevenção de transtornos mentais entre jovens, no âmbito do Grupo de Trabalho destinado ao estudo do tema". Aprovado, com a solicitação de ser audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, a pedido da autora, Deputada Tabata Amaral.

Requerimento Nº 1/2022 - da Sra. Jaqueline Cassol, que "requer a realização de Seminário no Estado de Rondônia, para debater medidas efetivas para prevenção do suicídio, automutilação e problemas psicológicos



entre os jovens brasileiros, no âmbito do Grupo de Trabalho destinado ao estudo do tema". Aprovado.

Requerimento Nº 2/2022 - da Sra. Liziane Bayer, que "requer a realização de seminário no Estado do Rio Grande do Sul, para promover o debate sobre a prevenção da saúde mental dos jovens no Brasil". Aprovado.

Participaram da reunião os(as) Deputado(as) Liziane Bayer, Diego Garcia, Enrico Misasi, Mara Rocha, Silvia Cristina, Soraya Santos, Carlos Henrique Gaguim, Jaqueline Cassol e Tabata Amaral.

### 3.14 REUNIÃO TÉCNICA (18/05/2022): MINISTÉRIO DA SAÚDE

A reunião teve início com o Dr. Rafael Bernardon Ribeiro, Coordenador Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, que trouxe informações sobre como a rede de atenção psicossocial vem atuando e também algumas ponderações sobre possíveis gargalos, em especial para os pacientes que necessitam internação hospitalar.

O Sr. Ministro comentou que o marco legal da assistência em saúde mental<sup>3</sup> data de 2001, já demanda rediscussão. O movimento antimanicomial representou grande avanço nos direitos das pessoas com transtornos mentais, porém parece necessário reavaliar a conduta nos casos em que é necessário algum tipo de hospitalização. Os hospitais gerais usualmente não estão logrando atender a toda a demanda. Foi também debatida a necessidade de acompanhamento pós-alta, para assegurar seja mantida a terapêutica necessária mesmo no nível ambulatorial. Ao encerramento, foi acordado que serão realizadas novas reuniões técnicas, inclusive para avaliar a necessidade ou não de atuação no campo legislativo. Foram também solicitados dados sobre a transferência de recursos referentes à rede de assistência em saúde mental para os municípios. O Dr. Rafael, informou ainda que haverá vários lançamentos ligados à política de saúde mental nos próximos meses.

Participaram da reunião o Ministro Marcelo Queiroga e as deputadas Liziane Bayer, Jaqueline Cassol e Soraia Santos.

<sup>3</sup> [Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.](#)



### 3.15 SEMINÁRIO (30/05/2022): SEMINÁRIO ESTADUAL PROMOVER PARA PREVENIR - SAÚDE MENTAL DOS JOVENS NO BRASIL (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL)

Apresentadores: Deputada Liziane Bayer, Rafael Bernardon Ribeiro, Rosangela Machado Moreira.

### 3.16 REUNIÃO TÉCNICA (31/05/2022): ENTREGA DE RELATÓRIO DA UNALE

Visita Técnica para entrega de relatório com levantamento de dados sobre iniciativas, programas e projetos sobre cuidados e prevenção à depressão, suicídio e drogas, ao Grupo de Trabalho.

### 3.17 SEMINÁRIO (21/06/2022 E 22/06/2022): SEMINÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL DOS JOVENS BRASILEIROS (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - CAMPUS JI-PARANÁ)

Apresentadores: Deputada Jaqueline Cassol, Humberto Muller, Fabiola p. Ruzzante Fernandes, Francisco Pinto Andrade Junior, Rafael Bernardon Ribeiro, Rodrigo Nejm.

### 3.18 SEMINÁRIO (06/07/2022): SEMINÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL DOS JOVENS BRASILEIROS: CONHECER, AGIR E PREVINIR (CÂMARA DE ARIQUEMES – RO)

Apresentadores: Deputada Jaqueline Cassol, Rosineide Medrado De Macedo Babosa, Humberto Muller, Rafael Bernardon Ribeiro, Rodrigo Nejm, Letícia Bezerra.

## 4. LEGISLAÇÃO RELACIONADA À SAÚDE PSÍQUICA DOS JOVENS BRASILEIROS

---

Nesta seção listamos as principais Leis e normas relativas à saúde psíquica dos jovens brasileiros, para termos uma base do que já existe e do que pode ser aperfeiçoado.

- [LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990](#). Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, e dá outras



providências. O Capítulo I do Título II trata do direito à vida e à saúde.

- [LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001](#). Lei da Reforma Psiquiátrica; Lei Paulo Delgado. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e **redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Trata, em seu art. 2º, dos direitos da pessoa com transtorno mental.
- [LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013](#). Institui o **Estatuto da Juventude** e dispõe sobre os **direitos dos jovens**, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Dispõe, em sua Seção V, sobre o direito à saúde.
- [LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019](#). Institui a **Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio**, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Entre outras disposições, trata da notificação obrigatória ao conselho tutelar nos casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada em jovens.
- [LEI Nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019](#). Dispõe sobre a prestação de **serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**.
- [DECRETO Nº 10.225, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020](#). Institui o **Comitê Gestor** da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, **regulamenta a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio** e estabelece normas relativas à notificação compulsória de violência autoprovocada.

## 5. PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO COM A TEMÁTICA DE SAÚDE PSÍQUICA DOS JOVENS

---

Seguindo a estratégia estabelecida no nosso Plano de Trabalho, e como forma de fazer um diagnóstico da atuação legislativa na área de



depressão infantil e áreas correlatas, fizemos um levantamento dos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados com essa temática. Posteriormente, selecionamos aqueles com maior impacto para a saúde psíquica dos jovens (Vide Anexo I).

Como parte da atuação deste GT, articularemos com as Comissões e os Líderes desta Casa para agilizar a tramitação dos projetos.

## 6. CONCLUSÕES E PROPOSTAS DO GRUPO DE TRABALHO

---

O desenvolvimento deste Grupo de Trabalho trouxe à tona uma realidade sombria, na qual nossos jovens têm convivido com o sofrimento psíquico numa prevalência bem maior. Boa parte de nossas crianças e adolescentes têm sofrido com depressão e ansiedade, levando a aumento nos índices de violência autoprovocada e suicídio.

Não se sabe precisamente todas as causas dessa situação, mas parece evidente que alguns fatores se destacam, como a falta de acesso a serviços de saúde psicossocial e a atuação insuficiente dos governos no treinamento e orientação na área de saúde psíquica. Acredita-se ainda que a grande utilização de meios digitais de comunicação é um importante fator contributivo.

A boa notícia é que temos visto cada vez mais as entidades da sociedade civil interessados em atuar na proteção da saúde psíquica de nossos jovens.

Este GT cumpriu o que foi proposto em sua instituição, ouvindo diversas pessoas envolvidas nessa área, para absorver suas experiências e avaliar suas propostas. Esse conteúdo demonstrou a necessidade de atualização de nossa legislação, para ampliar o cuidado com os jovens e prevenir de forma mais eficaz a violência autoprovocada.

Diante deste contexto, propomos:

- Agilização na tramitação de projetos de lei que abordam de forma ampla a questão da saúde psíquica e da prevenção do suicídio entre os jovens, por meio da proposição de requerimentos de urgência.



- Alteração do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) para incluir o tema “saúde psíquica” na capacitação de profissionais de saúde e professores, e nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino.
- Alterações na Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio:
  - Instituição da prioridade no acesso à atenção psicossocial para as pessoas com histórico de violência autoprovocada ou tentativa de suicídio (apoio psíquico priorizado para aos “tentantes”).
  - Incluir medidas de “pósvenção”, destinadas a pais e irmãos de vítimas de suicídio.
  - Elaboração dos protocolos de atendimento para profissionais que atuam em urgências e salvamentos.
  - Inclusão do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. O Comitê já foi criado pelo Decreto nº 10.225, de 5 de fevereiro de 2020, mas entendemos ser importante trazer esse órgão para a Lei, garantindo sua continuidade em diferentes governos, e acrescentar a participação do Ministério das Comunicações, importante para atuação nas mídias tradicionais e digitais.
  - Incluir a capacitação de educadores e a participação dos jovens (educação entre pares, “youth to youth”).
  - Elaboração dos protocolos de atendimento telefônico/digital de pessoas em sofrimento psíquico, com base em evidências científicas e com a participação de jovens.



- Obrigação para as empresas provedoras de conteúdo digital, de tratar com prioridade denúncias feitas em suas plataformas envolvendo a exposição ou atividade de crianças ou adolescentes.
- Indicação ao Ministério da Saúde, sugerindo:
  - Prioridade no acesso à atenção psicossocial para as pessoas com histórico de violência autoprovocada ou tentativa de suicídio (apoio psíquico priorizado para aos “tentantes”).
  - Aumento da oferta de leitos de urgência e de unidades CAPSi.
  - Elaboração de protocolos de atendimento para urgência e salvamentos de pessoas com lesões autoprovocadas.
- Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a participação do Ministério das Comunicações no Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

**Deputada LIZIANE BAYER**  
**Coordenadora**

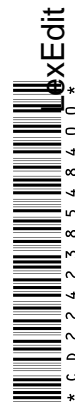
**Deputada JAQUELINE CASSOL**  
**Relatora**





## ANEXO I – PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO COM A TEMÁTICA DE SAÚDE PSÍQUICA DOS JOVENS

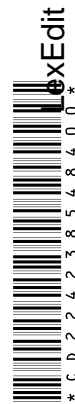
<b>Projeto</b>	<b>Ementa</b>	<b>Apensados</b>	<b>Autores (incluindo apensados)</b>	<b>Situação na CD</b>
<a href="#">PL 1785/2011</a>	Acrescenta inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de <b>estratégias de prevenção e combate ao bullying</b> .	<i>PL 7457/2010, PL 283/2011, PL 350/2011, PL 1841/2011, PL 908/2011, PL 1226/2011, PL 1633/2011, PL 2108/2011, PL 1765/2011, PL 2048/2011, PL 3036/2011, PL 3153/2012</i>	Senado Federal. <i>Sueli Vidigal, Thiago Peixoto, Marcelo Aguiar, Eliane Rolim, Ricardo Izar, Onofre Santo Agostini, Felipe Bornier, Sandro Mabel, Aguinaldo Ribeiro, Andreia Zito</i>	<i>Pareceres aprovados na CSPCCO, CE e CFT.</i>
<a href="#">PL 1671/2015</a>	Institui a realização de campanhas publicitárias no Rádio e na Televisão para combater o assédio moral (bullying) e o assédio moral virtual (cyberbullying) e dá outras providências.	----	<b>Shéridan</b>	<i>Parecer aprovado na CSPCCO</i>
<a href="#">PL 8632/2017</a>	Dispõe sobre a <b>Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida</b> .	<i>PL 3248/2015, PL 4360/2016, PL 5005/2016, PL 5560/2016, PL 5123/2019, PL 4692/2020, PL 10781/2018, PL 5089/2019, PL 5096/2019, PL 1110/2019, PL 4022/2019, PL 4873/2019, PL 4900/2019, PL 5062/2020</i>	Senado Federal. <i>Sergio Vidigal, Atila A. Nunes, Daniel Coelho, Mariana Carvalho, Fábio Faria, Rejane Dias, Fábio Trad, Tiririca, David Miranda, Célio Studart, Dr. Leonardo.</i>	<i>Pareceres aprovados na CSSF e na CCJC</i>
<a href="#">PL 9674/2018</a>	Institui a Semana Nacional de Conscientização, Prevenção e Combate a Intimidação Sistemática (Bullying) nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio em todo o território nacional e dá outras providências.	<i>PL 311/2019, PL 1574/2019, PL 3184/2019, PL 3812/2019, PL 4560/2020, PL 2386/2021</i>	<b>André Fufuca, Rubens Otoni, Célio Studart, Rejane Dias, Emanuel Pinheiro Neto.</b>	<i>Aguardando designação de relator na CSSF</i>
<a href="#">PL 847/2019</a>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para <b>tipificar o crime de conduta cibernética prejudicial à saúde</b> , à	<i>PL 1267/2019, PL 2699/2021, PL 1011/2011, PL 1494/2011, PL 7609/2014, PL 7946/2014, PL 5382/2016, PL 5064/2019,</i>	Senado Federal. <b>Carlos Henrique Gaguim, Julian Lemos, Tereza Nelma, Emanuel Pinheiro Neto, Fábio Faria, Junji Abe, Danilo</b>	<i>Aguard. Constituição de Comissão Temporária</i>



	incolumidade física ou psíquica ou à vida de outrem.	<i>PL 1926/2022, PL 1573/2011, PL 3263/2015, PL 3686/2015, PL 2385/2021, PL 2706/2021, PL 3402/2021, PL 4805/2016, PL 9243/2017, PL 3744/2021</i>	<b>Cabral, Abelardo Camarinha, Damião Feliciano, Coronel Chrisóstomo, Charles Fernandes, Arthur Lira, Shéridan, Ronaldo Carletto, Emanuel Pinheiro Neto, Benes Leocádio, Jaqueline Cassol, Flavinho, Hildo Rocha, Mário Heringer.</b>	
<a href="#">PL 563/2020</a>	Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, para estabelecer o Programa Nacional de Prevenção do Sofrimento Psíquico no Âmbito Escolar, e para promover a articulação das políticas públicas que têm acesso às famílias para a prevenção e detecção do sofrimento psíquico.	----	CSSF - <b>Subcomissão Especial</b> de Adoção, Pedofilia e Família	<i>Aprovado Parecer na CE</i>
<a href="#">PL 542/2021</a>	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para instituir semana dedicada à saúde mental nos estabelecimentos de ensino de educação básica e superior e incluir o tema nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.	<i>PL 3249/2021</i>	Senado Federal. <b>Célio Silveira</b>	<i>Aguardando Designação de Relator na CE</i>
<a href="#">PL 3249/2021</a>	Inclui o § 9º-B ao artigo 26 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para que a educação voltada para a conscientização sobre transtornos mentais seja incluída entre os temas transversais de que trata o caput.	----	<b>Célio Silveira</b>	<i>Aguard. Parecer do Relator na CE</i>
<a href="#">PL 3383/2021</a>	Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.	<i>PL 1215/2022, PL 1596/2022</i>	Senado Federal. <b>Idilvan Alencar, Ney Leprevost</b>	<i>Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)</i>
<a href="#">PL 8013/2014</a>	Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.	<i>PL 1543/2015, PL 2729/2019, PL 3426/2019, PL 4535/2019, PL 4537/2019, PL 3408/2021, PL 2527/2015, PL 4401/2016,</i>	<b>Dr. Jorge Silva, Norma Ayub, Professora Dayane Pimentel, José Ricardo, Célio Studart, Marreca Filho, Tabata Amaral, Felipe Rigoni,</b>	<i>Situação: Apensado ao PL 7986/2014</i>



		<p>PL 10003/2018, PL 1571/2019, PL 2054/2019, PL 2354/2019, PL 2478/2019, PL 4954/2019, PL 3195/2019, PL 2806/2019, PL 1878/2019, PL 1563/2021, PL 3538/2019, PL 374/2020, PL 858/2021, PL 271/2021</p>	<p><b>Franco Cartafina, Professora Rosa Neide, Marcelo Ramos, Pedro Cunha Lima, Professora Marcivania, Professor Israel Batista, Gastão Vieira, Lídice da Mata, General Peternelli, Eduardo Bismarck, Marcelo Álvaro Antônio, Alan Rick, Rômulo Gouveia, Otoni de Paula, Enéias Reis, Julian Lemos, Rosana Valle, Gustinho Ribeiro, José Medeiros, Jéssica Sales, Edna Henrique, Rosangela Gomes, Roberto de Lucena</b></p>	
<a href="#">PL 4054/2021</a>	<p>Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Marco Civil da Internet e o Código Penal para dispor sobre a proteção à infância e o combate ao anonimato nas redes de compartilhamento na internet.</p>	----	<b>Edna Henrique</b>	Aguard. Parecer do Relator na CSSF
<a href="#">PL 760/2022</a>	<p>Dispõe sobre incentivos fiscais destinados a promover o apoio à saúde mental de jovens e adolescentes e dá outras providências.</p>	----	<b>Jaqueline Cassol</b>	Aguardando Designação de Relator na CSSF



## ANEXO II – PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DOS MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO

---

a) PROJETO DE LEI

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Da Sra.)

Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, e altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para instituir ações de prevenção do sofrimento psíquico entre os jovens.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, e altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para instituir ações de prevenção do sofrimento psíquico entre os jovens.

**Art. 2º** O art. 20 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20.....

.....

VI - capacitação dos profissionais de saúde, em uma perspectiva multiprofissional, para lidar com temas relativos à saúde psíquica, sexual e reprodutiva dos jovens, inclusive com deficiência, e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas pelos jovens;



VII - habilitação dos professores e profissionais de saúde e de assistência social para a identificação de sinais de sofrimento psíquico e dos problemas relacionados ao uso abusivo e à dependência de álcool, tabaco e outras drogas e o devido encaminhamento aos serviços assistenciais e de saúde;

.....

XII - garantia da inclusão de temas relativos à saúde psíquica nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino. (NR)”

**Art. 3º** A Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.....

.....

IX – promover a capacitação permanente de gestores, educadores e profissionais de saúde em todos os níveis de atenção quanto ao sofrimento psíquico e às lesões autoprovocadas.

X – estimular entre os jovens, no âmbito educacional, o apoio emocional aos colegas e o respeito às diferenças.

Parágrafo único. A capacitação de educadores, prevista no inciso IX do **caput**, deverá incluir tópicos de gestão emocional, uso de redes sociais digitais e detecção de sinais mais comuns de sofrimento psíquico. (NR)”

“Art. 3º-A. Fica criado o Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, que tem como objetivos:

I - desenvolver estratégias de implementação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio com fundamento na cooperação e na colaboração entre órgãos e entidades do poder público e da sociedade civil;

II - monitorar a implementação e a execução da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio;

III - propor ações de prevenção sobre a situação epidemiológica da automutilação e do suicídio;

IV - contribuir para o aprimoramento da informação e do conhecimento do fenômeno da automutilação, da tentativa e do suicídio consumado;

V - propor e disseminar, de forma integrada, campanhas de comunicação social para prevenção da automutilação e do suicídio.



Parágrafo único. O Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio é composto por representantes dos Ministérios da Saúde, da Educação, das Comunicações, da Cidadania, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, podendo haver a participação de outros órgãos ou entidades, na forma do regulamento.”

“Art. 3º-B. O acesso à atenção psicossocial das pessoas com histórico de ideação suicida, automutilações e tentativa de suicídio deverá ser oferecido em quantidade suficiente para um suporte adequado de prevenção e assistência, incluída a possibilidade de internações de urgência.

§1º As pessoas com histórico de violência autoprovocada ou tentativa de suicídio terão prioridade no acesso à atenção psicossocial, na forma do regulamento.

§2º A pós-venção, entendida esta como o suporte psíquico a pais, irmãos e familiares próximos das vítimas de suicídio, será oferecida na rede de atenção psicossocial, garantido o treinamento dos profissionais de saúde a respeito deste tema.

§3º O poder público elaborará protocolos de atendimento à pessoa com lesão autoprovocada, destinados aos profissionais que atuam em urgências ou salvamentos, com base em evidências científicas e prevendo a humanização dos atendimentos.”

“Art. 4º.....

§4º Os protocolos de atendimento a distância serão elaborados com base em evidências científicas, considerando as diferenças etárias, regionais e culturais.

§5º Os protocolos de atendimento a distância de crianças e adolescentes terão abordagem diferenciada, sendo estimulada a participação de jovens em sua elaboração e atualização, de forma a adaptá-los ao contexto vigente. (NR)”

“Art. 5º.....

Parágrafo único. As empresas provedoras de conteúdo digital tratarão com prioridade denúncias feitas em suas plataformas envolvendo a exposição ou atividade de crianças ou adolescentes. (NR)”



**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A juventude é uma marcante fase da vida, na qual a pessoa encara um aumento progressivo de responsabilidades, ao mesmo tempo que busca a independência e o contato com novas experiências. Neste período, nossa estrutura psíquica está constantemente sendo desafiada, o que pode levar a sofrimento, situação cada vez mais comum.

Com o advento das novas tecnologias de comunicação, facilitou-se muito a interação social e a exposição a todo tipo de informação. Todo esse avanço vem acompanhado de desafios, uma vez que a nossa mente nem sempre está preparada para essa nova, e intensa, realidade.

Se mesmo os adultos sofrem com o apego ou até mesmo vício nos eletrônicos, o que dizer de nossas crianças e jovens, que ainda não possuem maturidade completamente formada. Seja por conta das mídias eletrônicas, ou por outras razões, é possível dizer que o sofrimento psíquico entre jovens tem aumentado<sup>4</sup>, de forma alarmante.

Chama a atenção, também, o aumento do suicídio nessa faixa etária. De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, as taxas de autoextermínio (mortes por 100 mil habitantes) cresceram em todas as regiões do Brasil, chegando a triplicar no Norte e Nordeste num período de vinte anos. O mais assustador é constatar que esse aumento se observa também entre os jovens, especialmente dentre os adolescentes de 15 a 19 anos.

Nesse contexto, foi criado em 2021 na Câmara dos Deputados o Grupo de Trabalho destinado ao estudo sobre o aumento de suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros (GT JOVENS).

<sup>4</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-08/expectativa-e-insegura-quanto-ao-futuro-levam-jovem-problema-mental>



Foram ouvidos dezenas de especialistas e entidades, buscando entender a realidade atual do sofrimento psíquico dos jovens, e propor mudanças que possam melhorar a qualidade de vida nessa faixa etária e prevenir mortes.

Este Projeto de Lei reúne as principais propostas, como capacitação dos educadores; participação dos próprios jovens na promoção da saúde psíquica; prioridade de atendimento para os “tentantes”; prioridade na avaliação de denúncias em mídias digitais; entre outras medidas.

Desta forma, pedimos o apoio das deputadas e dos deputados para a aprovação deste projeto, que pode trazer aperfeiçoamentos imediatos aos cuidados de nossos jovens, prevenindo as lesões autoprovocadas.

Sala das Sessões, em            de            de 2022.

---

## B) INDICAÇÃO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

### **INDICAÇÃO Nº            , DE 2022**

(Da Sra. )

Sugere ao Ministro da Saúde que seja estabelecida a prioridade no acesso à atenção psicossocial para as pessoas com histórico de violência autoprovocada ou tentativa de suicídio; que seja aumentada a oferta de serviços de atenção psicossocial; e que sejam elaborados protocolos de atendimento para urgência e salvamentos.

Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde,





A juventude é uma marcante fase da vida, na qual a pessoa encara um aumento progressivo de responsabilidades, ao mesmo tempo que busca a independência e o contato com novas experiências. Neste período, nossa estrutura psíquica está constantemente sendo desafiada, o que pode levar a sofrimento, situação cada vez mais comuns.

Com o advento das novas tecnologias de comunicação, facilitou-se muito a interação social e a exposição a todo tipo de informação. Todo esse avanço vem acompanhado de desafios, uma vez que a nossa mente nem sempre está preparada para essa nova, e intensa, realidade.

Se mesmo os adultos sofrem com o apego ou até mesmo vício nos eletrônicos, o que dizer de nossas crianças e jovens, que ainda não possuem maturidade completamente formada. Seja por conta das mídias eletrônicas, ou por outras razões, é possível dizer que o sofrimento psíquico entre jovens tem aumentado<sup>5</sup>, de forma alarmante.

Chama a atenção, também, o aumento do suicídio nessa faixa etária. De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, as taxas de autoextermínio (mortes por 100 mil habitantes) cresceram em todas as regiões do Brasil, chegando a triplicar no Norte e Nordeste num período de vinte anos. O mais assustador é constatar que esse aumento se observa também entre os jovens, especialmente dentre os adolescentes de 15 a 19 anos.

Nesse contexto, foi criado em 2021 na Câmara dos Deputados o **Grupo de Trabalho destinado ao estudo sobre o aumento de suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros (GT JOVENS)**.

Foram ouvidos dezenas de especialistas e entidades, buscando entender a realidade atual do sofrimento psíquico dos jovens, e propor mudanças que possam melhorar a qualidade de vida nessa faixa etária e prevenir mortes.

Uma sugestão importante apresentada por mais de um debatedor foi a priorização do acesso à atenção psicossocial para as pessoas

<sup>5</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-08/expectativa-e-insegura-quanto-ao-futuro-levam-jovem-problema-mental>



com histórico de violência autoprovoçada ou tentativa de suicídio. Essas pessoas estão sujeitas a alto risco de recidiva das autoagressões, enquanto não estiverem devidamente acompanhados e tratados.

A espera por uma consulta especializada, que pode durar meses ou até anos, é muito perigosa, pelo risco de efetivação de lesões mais graves ou até mesmo o suicídio.

Além disso, um grande problema enfrentado pelos jovens em sofrimento psíquico é a falta de serviços em número suficiente. Várias cidades com mais de 70 mil habitantes, que poderiam oferecer o serviço de atendimento infantojuvenil, não estão criando os Centros de Atenção Psicossocial habilitados para essa faixa etária.

Outro problema grave de acesso está na oferta de leitos de urgência e emergência, que são essenciais nos casos agudos. Embora a internação seja indesejada para doenças psiquiátricas, certos casos de ideação suicida possuem indicação bem estabelecida na literatura científica.

Ademais, uma queixa frequente dentre os palestrantes ouvidos pelo GT foi a falta de protocolos de atendimento para os profissionais que têm o primeiro contato com pessoas vítimas de lesões autoprovoçadas. Entendemos que realmente se trata de uma grande necessidade, visto que um atendimento mal realizado pode comprometer o prognóstico do caso.

Portanto, com base nas conclusões após mais de um ano de debates sobre a saúde psíquica dos jovens, sugerimos:

- Que seja estabelecida a prioridade no acesso à atenção psicossocial para as pessoas com histórico de violência autoprovoçada ou tentativa de suicídio;
- Que seja aumentada a oferta de serviços de atenção psicossocial; e
- Que sejam elaborados protocolos de atendimento para urgência e salvamentos de pessoas com lesões autoprovoçadas.



Sala das Sessões, em        de        de 2022.

Deputada

**REQUERIMENTO Nº        , DE 2022**

(Da Sra. )

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo que seja estabelecida a prioridade no acesso à atenção psicossocial para as pessoas com histórico de violência autoprovocada ou tentativa de suicídio; que seja aumentada a oferta de serviços de atenção psicossocial; e que sejam elaborados protocolos de atendimento para urgência e salvamentos.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Ex<sup>a</sup>. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo que seja estabelecida a prioridade no acesso à atenção psicossocial para as pessoas com histórico de violência autoprovocada ou tentativa de suicídio; que seja aumentada a oferta de serviços de atenção psicossocial; e que sejam elaborados protocolos de atendimento para urgência e salvamentos.

Sala das Sessões, em        de        de 2022.

---

C) INDICAÇÃO AO PODER EXECUTIVO



**INDICAÇÃO Nº , DE 2022**

(Da Sra. )

Sugere ao Poder Executivo a inclusão do Ministério das Comunicações no Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Excelentíssimo Presidente da República,

A juventude é uma marcante fase da vida, na qual a pessoa encara um aumento progressivo de responsabilidades, ao mesmo tempo que busca a independência e o contato com novas experiências. Neste período, nossa estrutura psíquica está constantemente sendo desafiada, o que pode levar a sofrimento, situação cada vez mais comuns.

Com o advento das novas tecnologias de comunicação, facilitou-se muito a interação social e a exposição a todo tipo de informação. Todo esse avanço vem acompanhado de desafios, uma vez que a nossa mente nem sempre está preparada para essa nova, e intensa, realidade.

Se mesmo os adultos sofrem com o apego ou até mesmo vício nos eletrônicos, o que dizer de nossas crianças e jovens, que ainda não possuem maturidade completamente formada. Seja por conta das mídias eletrônicas, ou por outras razões, é possível dizer que o sofrimento psíquico entre jovens tem aumentado<sup>6</sup>, de forma alarmante.

Chama a atenção, também, o aumento do suicídio nessa faixa etária. De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, as taxas de autoextermínio (mortes por 100 mil habitantes) cresceram em todas as regiões do Brasil, chegando a triplicar no Norte e Nordeste num período de vinte anos. O mais assustador é constatar que esse aumento se observa também entre os jovens, especialmente dentre os adolescentes de 15 a 19 anos.

<sup>6</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-08/expectativa-e-insegura-quanto-ao-futuro-levam-jovem-problema-mental>



Nesse contexto, foi criado em 2021 na Câmara dos Deputados o **Grupo de Trabalho destinado ao estudo sobre o aumento de suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros (GT JOVENS)**.

Foram ouvidos dezenas de especialistas e entidades, buscando entender a realidade atual do sofrimento psíquico dos jovens, e propor mudanças que possam melhorar a qualidade de vida nessa faixa etária e prevenir mortes.

O Decreto nº 10.225, de 5 de fevereiro de 2020, que regulamenta a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, criou o Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, composto por Ministérios e com a participação de Conselhos Nacionais.

Embora tenha sido um avanço, entendemos ser importante incluir dentre os membros o Ministério das Comunicações. Isso é relevante porque o cuidado com a saúde psíquica dos jovens passa pela atuação nas mídias tradicionais e digitais.

Portanto, sugerimos a inclusão do Ministério das Comunicações no Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Sala das Sessões, em            de            de 2022.



**REQUERIMENTO Nº                   , DE 2022**

(Da Sra. )

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a inclusão do Ministério das Comunicações no Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a inclusão do Ministério das Comunicações no Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Sala das Sessões, em           de           de 2022.

